

CNM

Mobilização, ação jurídica e defesa da fiscalização pública

Síntese das principais ações entre maio de 2025 e agosto de 2026

Fiscalização independente, poder de polícia e segurança jurídica protegem a saúde pública e a credibilidade do Brasil.



Coordenação nacional, representações regionais e comandos estaduais

COORDENAÇÃO NACIONAL André Marcondes, coordenador-geral | Elisa Sousa, secretário

**SUL
REPRESENTAÇÃO
REGIONAL
Sérgio Mangano**

COMANDOS ESTADUAIS

RS Adriano Guahyba
SC Conrado Ferreira
PR Sérgio Mangano

**SUDESTE
REPRESENTAÇÃO
REGIONAL
André Marcondes**

COMANDOS ESTADUAIS

SP André Marcondes
MG Fernanda Kozuki
RJ Felipe Corrêa
ES Winnie Luíza

**CENTRO-OESTE
REPRESENTAÇÃO
REGIONAL
João Cavallero**

COMANDOS ESTADUAIS

MT Fábio Martins
MS João Cavallero
GO Márcio Squilassi
DF sem indicação

**NORDESTE
REPRESENTAÇÃO
REGIONAL
Mileide Goes**

COMANDOS ESTADUAIS

BA Mileide Goes
SE Yuri Cajazeira
AL sem indicação
PE Francisco Sousa
PB Walkyr Araújo
RN Tibério Souza
CE sem indicação
PI Francisco Costa
MA Josélia Santos

**NORTE
REPRESENTAÇÃO
REGIONAL
Elisa Sousa**

COMANDOS ESTADUAIS

TO Welciton Alves
PA Elisa Sousa
RO João Carlos Aranha
AC Victor Ramos
AM sem indicação
RR Ludmila Saboya
AP sem indicação

Alagoas, Ceará, Amazonas, Amapá e Distrito Federal não indicaram comandos de mobilização.

Uma resposta organizada à mudança estrutural

O QUE ESTAVA EM JOGO

O credenciamento ampliou a execução privada em atividades ligadas à inspeção. O CNM organizou resposta técnica, política, jurídica e sindical para preservar decisões oficiais e o poder de polícia.

16 MESES DE ATUAÇÃO INTEGRADA

O Comando conectou a base, os comandos estaduais, a DIREX e as delegacias sindicais. Relatos locais passaram a sustentar documentos, incidência institucional e proteção funcional.

CNM EM NÚMEROS

64

marcos registrados

19

reuniões e ciclos

12

lives e transmissões

2.735

contribuições

71

ocorrências de mídia

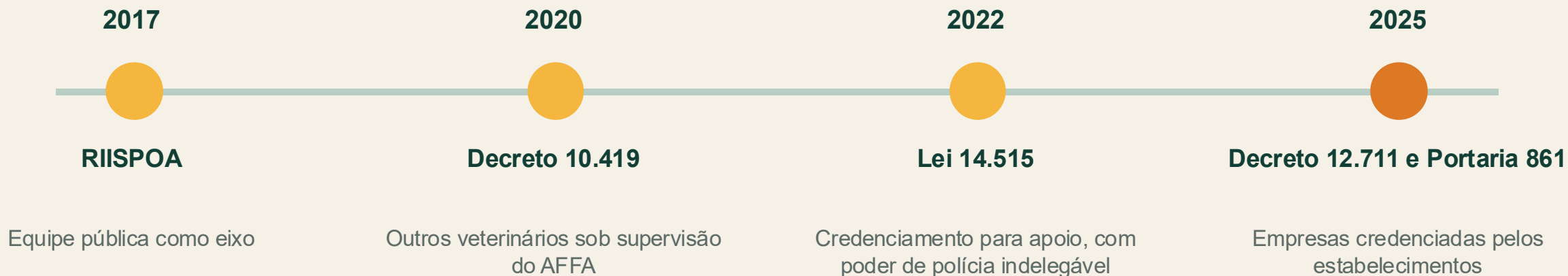
596

republicações

RESULTADO CENTRAL O primeiro ciclo construiu capacidade coletiva para acompanhar, registrar e intervir nas mudanças da fiscalização agropecuária.

Da equipe pública ao modelo com credenciados

A execução privada cresceu, enquanto decisão oficial, supervisão e responsabilidade permaneceram vinculadas ao Estado e aos AFFAs.



QUESTÃO ESTRUTURANTE

Como conciliar apoio técnico privado com independência da fiscalização, autoridade decisória do Estado e segurança jurídica dos AFFAs responsáveis?

ASSIMETRIA ACOMPANHADA

A menor atuação direta pode coexistir com maior responsabilidade por coordenação, supervisão e revisão? Essa questão orientou as ações do CNM.

Delegação do poder de polícia e responsabilidade dos Encarregados

A Lei nº 14.515/2022 admite apoio técnico ou operacional, mas veda a atribuição de atividades próprias da fiscalização que exijam poder de polícia administrativa.

APOIO TÉCNICO OU OPERACIONAL

Execução material conforme normas e protocolos

Registro de observações e comunicação de não conformidades

Atuação delimitada, rastreável e sujeita à revisão oficial

LIMITE JURÍDICO

Destinação de animais, carcaças e produtos

Condenação ou aproveitamento condicional

Interrupção do abate e outras decisões com efeitos sanitários ou econômicos

DILEMA DO ENCARREGADO DE SIF

O modelo pode reduzir a presença direta do AFFA e ampliar sua responsabilidade por supervisão e revisão de atos praticados por profissionais privados.

O Encarregado pode responder por atos que não observou em tempo real.

RISCO DE DELEGAÇÃO

Se o credenciado atuar sozinho e produzir decisões oficiais na prática, a execução pode ultrapassar o apoio técnico e alcançar atividade de Estado reservada ao agente público.

PROTEÇÃO DEFENDIDA PELO ANFFA

Presença do AFFA, atribuições por escrito, registro das ocorrências e segurança para recusar designações irregulares.

Três ações coletivas do ANFFA Sindical

A estratégia judicial questiona limites do credenciamento e protege atribuições e responsabilidades dos AFFAs.

1 DECRETO Nº 10.419/2020

Processo nº 1041299-
56.2020.4.01.3400

Questiona a estruturação das equipes do SIF e modalidades de contratação. Houve decisão favorável em primeira instância e recurso da União.

2 PORTARIA MAPA Nº 861/2025

Processo nº 1000847-
91.2026.4.01.3400

Contesta o art. 20 e sustenta que atos atribuídos a credenciados podem produzir efeitos próprios da fiscalização oficial.

3 AFFAs ENCARGADOS DE SIF

Processo nº 1112406-
87.2025.4.01.3400

Busca reconhecer a natureza de direção e chefia, com FCE 1.05 ou equivalente e pagamento retroativo dentro do prazo legal.

ANFFA E ANTEFFA: CONTROVÉRSIA COMUM Na ação da ANTEFFA, o MPF reconheceu conexão com o processo do ANFFA. Em 31/08/2026, sentença declarou ilegal e nulo o inciso IV incluído no Decreto nº 10.419/2020 pelo Decreto nº 12.711/2025.

Andamentos das ações do ANFFA conforme registros disponíveis até junho de 2026. Atualizar antes da publicação definitiva.

Congresso e Tribunal de Contas da União



AUDIÊNCIA PÚBLICA

O CNM apresentou riscos, limites do credenciamento e alternativas públicas. O MAPA recebeu convite formal e opções de representação, mas não enviou representante. As perguntas seguiram para requerimento de informações.

ATUAÇÃO JUNTO AO TCU

A DIREX e o CNM defenderam sanções efetivas, exclusão de casos com risco sanitário de conciliações e recursos para a defesa agropecuária. No TC 015.785/2025-4, o Tribunal cobrou planejamento para reduzir contratos temporários em necessidades permanentes.

A incidência ampliou a transparência e reforçou a defesa pela convocação do cadastro de reserva do CNU.

Caravana da Privatização e respostas defendidas pelo ANFFA



PAPEL DO CNM E DOS COMANDOS ESTADUAIS

O CNM acompanhou reuniões em São Paulo, Salvador e Recife e ouviu AFFAs dos frigoríficos. No Espírito Santo, o Comando Estadual de Mobilização (CEM) participou com carro de som. Em Mato Grosso, o CEM atuou com carro de som e panfletagem.

1 MAIS AFFAs PELO CNU

A recomposição permanente amplia a presença do Estado. Em junho de 2026, o MAPA nomeou 54 AFFAs, incluindo 16 médicos-veterinários. O ANFFA manteve a defesa do cadastro de reserva.

2 PL Nº 3.179/2024

O serviço voluntário remunerado em períodos de folga cria flexibilidade para abates e operações extraordinárias sem transferir a inspeção ao setor privado.

CNU para a necessidade permanente. PL nº 3.179 para picos e horários excepcionais.

Campanhas digitais e mídia aeroportuária

META ADS | MAR-DEZ 2025

5 campanhas e 12 peças
989.959 impressões
706.560 alcances somados*
334.111 interações

Investimento: R\$ 2.857,81

MÍDIA AEROPORTUÁRIA | NOV-DEZ 2025

14 dias de veiculação
3 aeroportos
Cerca de 1,94 milhão de
circulação potencial

Investimento bruto: R\$
105.237,50



MÉTRICAS SEPARADAS

Os canais medem exposições diferentes. Os indicadores não devem ser somados.

* A soma dos alcances pode conter sobreposição entre públicos. A circulação aeroportuária decorre do fluxo estimado e não representa pessoas únicas comprovadamente expostas.

Alcance nacional, internacional e próximos passos

71
ocorrências
nacionais
diretamente
relacionadas em 2025

596
republicações do
release pago em
quatro idiomas

99,8%
publicadas nos
dois primeiros
dias

87,6% em inglês
7,2% em alemão
3,9% em espanhol
1,3% em francês

PRINCIPAIS ENTREGAS

Institucionalização do CNM e integração entre base, estados, CDS e DIREX

Produção técnica e jurídica para proteger servidores e registrar ocorrências

Incidência no Congresso, TCU, mídia e comunicação internacional

PRÓXIMO CICLO

Monitorar a Portaria nº 861 e consolidar evidências dos SIFs

Proteger os AFFAs Encarregados

Defender recomposição da força de trabalho e condições adequadas ao SIF

FISCALIZAÇÃO PÚBLICA PROTEGE A SOCIEDADE